



Nº 09
Setembro
2020

Novas regras em realidade atípica - o que houve com o total de candidaturas?

Humberto Dantas ¹

Ao longo dos últimos poucos dias assistimos ao término do período de oficialização das candidaturas para as eleições municipais de 2020. A partir de 27 de setembro as campanhas começaram. Tornou-se possível, de acordo com os parâmetros legais, pedir voto e se declarar candidato(a). O jogo começou.

Até o primeiro bimestre desse ano estimávamos que o maior desafio do pleito de 2020 seria conviver com as estratégias políticas locais a partir da proibição das coligações em eleições proporcionais – nesse caso falamos sobre as eleições para as Câmaras Municipais. Duas percepções conviviam aos olhares dos analistas, e eu estava convicto de que a alternativa 1 se imporia à realidade:

1 – Partidos impedidos de se aliarem **pulverizariam** acordos em dezenas de chapas de candidaturas a vereador nas mais diferentes cidades brasileiras. Isso elevaria de forma significativa o total de nomes à disposição do eleitorado. Se em 2016 mais de 463 mil pessoas disputaram as cerca de 57 mil vagas nas câmaras municipais brasileiras, esse ano era possível estimar que chegaríamos facilmente a um milhão de postulantes. Isso porque em 2016 tivemos pouco mais de 33 mil chapas para vereador nas cidades brasileiras, o que equivale a uma média de quase seis chapas por cidade. Em contrapartida, foram mais de 91 mil combinações de partidos políticos dentro dessas coligações. Ou seja: seis chapas por cidade, mas 16 partidos em média por cidade. Se esse total tentasse montar chapas avulsas nas cidades, com o limite legal permitido de postulantes por chapa, chegaríamos a quase 1,4 milhão de candidaturas. Exageros à parte, pensar em um milhão de nomes não seria absurdo à luz de nossa realidade.

2 – Partidos nas cidades, na verdade, apenas são o espelho de grupos políticos localmente organizados que dominam os partidos políticos e os alinham de acordo com interesses locais. Essa é a realidade de milhares de cidades no Brasil, não à toa as coligações majoritárias municipais são tão diversificadas, como mostrado em diversos artigos sobre alianças em pleitos municipais em livros da Fundação Konrad Adenauer, edições da Revista Cadernos Adenauer e mesmo em números anteriores de Brasil em Foco. Com base nesse domínio dos grupos locais, a proibição às alianças proporcionais resultaria numa concentração de candidaturas em número menor de partidos, mostrando a capacidade de a política municipal se organizar e se agregar.

As estratégias descritas acima não são excludentes, pelo contrário. Elas coexistem à luz do que os partidos e os políticos calculam. Vereadores, por exemplo, que se sentissem fragilizados em suas chances dentro de um grupo forte, poderiam aproveitar a janela de troca partidária do ano eleitoral e tentar a sorte num partido onde, isoladamente como liderança, poderia buscar montar uma chapa minimamente capaz de somar votos equivalentes a uma cadeira na Câmara, torcendo para ser o mais votado e ficar com esse espaço. Ao mesmo tempo que grupos fortes tentariam arrebatar os seus e mantê-los sob um ou poucos partidos controlados pelos grupos. A estratégia coletiva e deliberada de pulverizar ao extremo as lideranças num amplo conjunto de legendas seria mais arriscada, mas provavelmente se faz presente em alguma cidade.

¹ Humberto Dantas – cientista político, doutor pela USP e parceiro da KAS

Outro ponto desafiador está associado ao total de cadeiras por parlamento local. As menores câmaras do Brasil têm entre nove e 11 vagas, e já representam mais de 80% dos legislativos municipais do país. Faz sentido espriar lideranças em 15, 20 legendas e pensar que existem cerca de 10 vagas em disputa? Certamente organizar esse cenário era o desafio maior.

A questão é que todas as contas feitas desde 2017, quando legalmente se previu que em 2020 as alianças proporcionais estariam proibidas precisaram ser revistas a partir da ideia de que o cenário político-eleitoral, e o mundo como um todo, seriam afetados por uma pandemia. Como fazer campanha? Como realizar as reuniões para organizar o partido? Como montar chapas diversas em reuniões presenciais? Como convencer quem estava com medo de morrer de pedir votos nas aglomerações? Onde estão as aglomerações? Haveria eleição? Quando ocorreriam? Sob quais regras capazes de se adaptar à lógica pandêmica?

Respostas foram dadas, mas apenas entre o fim de junho e começo de julho ficou definido que a data do primeiro turno passaria para 15 de novembro, com um raro segundo turno – que só pode ser realizado em no máximo algo próximo de 100 cidades – marcado quase para dezembro. Detalhe: as posses dos eleitos ainda ocorrerão em janeiro, o que significa dizer que teremos o menor período de transição de governos da história recente do Brasil. Completa esse cenário a ideia de que por conta da crise na saúde as Prefeituras puderam se manter em contato direto com os cidadãos por meio de canais oficiais de comunicação – algo que a lei eleitoral proíbe em situações de normalidade. Isso contribuiu muito com os atuais mandatários de acordo com leituras mais abrangentes da realidade. E agora?

Ao longo dos últimos dias foram apresentados os totais de candidatos. Até às 16h00 do dia 29 de setembro eram pouco menos de 510 mil postulantes às vagas de vereador. O acréscimo é de apenas 10% em relação a 2016, algo que em tese nos levaria mais para o segundo cenário descrito acima. Nesse caso, os grupos

políticos locais teriam se organizado melhor em torno de seus principais nomes. O peso da pandemia sobre tal realidade e a falta de dinheiro para as campanhas podem explicar parte do fenômeno, mas ao que tudo indica a realidade é mais complexa.

Isso porque em 2016 foram registradas 16,5 mil candidaturas às Prefeituras brasileiras, uma média de pouco menos de três nomes por cidade. Em 2020, no entanto, até o final de setembro, já eram 19.100, um aumento de 16% que elevou a média de candidaturas a quase 3,5 chapas por cidade. O que temos aqui? Para muitos a estratégia de lançamento de um nome forte para o Executivo com o objetivo de puxar votos para candidatos do Legislativo. Será mesmo que isso é tão fácil e automático? Nem sempre esses nomes alavancam, pelo contrário: podem afundar todo um grupo político. Aqui, o que parece possível imaginar, é que um conjunto de incertezas dos mais expressivos em matéria de realidade política explicaria a alavancagem. A demonização da política, a onda bolsonarista ocupando espaço local, a renovação de alguns quadros, uma realidade nova que pode servir de inspiração a lideranças, a tentativa de os partidos (grupos) alavancarem seus vereadores e tantas outras estratégias que complementam as enormes incertezas do momento se mostram presentes ao mesmo tempo.

Outro ponto que merece atenção e tornaria esse debate mais acurado seria buscar dividir essas cidades de acordo, por exemplo, com seus portes populacionais. Isso porque partidos têm comportamento mais nacionalizado em termos estratégicos em grandes colégios eleitorais, deixando realidades menores em termos populacionais em segundo plano e nas mãos de lideranças locais. Aqui também tem impacto, como já afirmado, o tamanho das câmaras municipais no que diz respeito às vagas em disputa. Nos próximos meses será possível verificar tantas outras características essenciais capazes de impactar uma eleição que para além das incertezas trazidas pela nova realidade legal, caracterizada pelas eternas reformas políticas que desconfiguram (ou aperfeiçoam) a cada pleito o sistema eleitoral brasileiro, é fortemente mobilizada pela crise sanitária mundial.

As opiniões externadas nesta publicação são de exclusiva responsabilidade de seus autores. Não são necessariamente opiniões da Fundação Konrad Adenauer.